



VILAREALSTºANTONIO

1  
Adone  
X

## ATA Nº. 23/2017

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal  
de Vila Real de Santo António, realizada no dia  
23 de outubro de 2017.

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2017, em Vila Real de Santo António, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Presidente, **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, comigo, **Ana Teresa Roberto da Palma Guerreiro**, Chefe da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, compareceram, pelas 09.00 horas, os Srs. Vereadores **Luis Miguel Guerreiro Romão**, **Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas**, **Rui Carlos Piloto Pires**, **Cristina Nogueira Mira**, e **Álvaro Filipe Madeira Leal**, a fim de se realizar a primeira reunião a que se refere o artigo 61.º da Lei n.º 169/99, de dezoito de Setembro, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e pela Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

**ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da maioria dos membros empossados no ato da instalação da Câmara Municipal, à exceção do eleito António Maria Farinha Murta, o qual ainda não tomou posse mas justificou a sua ausência, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL;
- PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL;
- FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO;
- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO;

<sup>2</sup>  
Aureo  
A

- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO;
- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;
- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO;
- NOMEAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M., S.A.

3  
Duarte  
X

**DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:**

**APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

- A Sra. Presidente retirou a proposta relativa ao Regimento da Câmara Municipal, devendo os Srs. Vereadores Álvaro Leal e Cristina Mira apresentar as suas alterações.

**PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de que as reuniões ordinárias da câmara municipal sejam realizadas com periodicidade quinzenal, às terças-feiras, pelas 9h00, e aprovar o calendário de realização das reuniões ordinárias até ao final do ano de 2017, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.


4  
Adine  
X

#### **FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO.**

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara Municipal fixar em dois o número de vereadores em regime de tempo inteiro para o exercício de funções no presente mandato autárquico, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO.**

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser delegada no seu Presidente, com possibilidade de subdelegação nos vereadores e dirigentes, dentro dos valores legalmente estabelecidos, as competências em matéria de realização de despesas públicas com a locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e de serviços, estabelecidos no Decreto-Lei n.º 197/99, de 18 de junho, na atual redação, até ao montante de € 748 196,84 (setecentos e quarenta e oito mil cento e noventa e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

5  
Prof. 

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, foi apresentada e lida a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO.**

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, no sentido de ser delegada na sua Presidente, com possibilidade de subdelegação nos vereadores e dirigentes dos serviços municipais, as competências estabelecidas no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua atual redação, relativas ao licenciamento de:

- Realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática do campismo e caravanismo;
- Realização das tradicionais fogueiras de Natal e dos santos populares, estabelecendo as condições para a sua efetivação e tendo em conta as precauções necessárias à segurança das pessoas e bens.

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, foi apresentada e lida a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

6  
Adelino  
X

## DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, no sentido de ser delegada na sua Presidente, com possibilidade de subdelegação nos Vereadores, a sua competência quanto às seguintes matérias previstas nos artigos 33º. e 39º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro:

### 1) Competências materiais:

- Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
- Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;
- Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;
- Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;

7  
Sudene  
A

- Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
- Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
- Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
- Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
- Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
- Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
- Executar as obras, por administração direta ou empreitada;

8  
Pudim  
X

- Alienar bens móveis;
- Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
- Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;
- Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
- Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
- Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
- Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- Designar os representantes do município nos conselhos locais;
- Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
- Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;

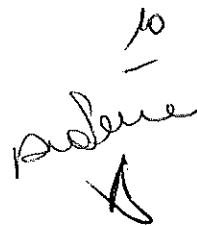


9  
adeu  
A

- Administrar o domínio público municipal;
- Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
- Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;
- Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
- Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;
- Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
- Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;
- Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
- Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;
- Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado;

## 2) Competências de funcionamento:

- Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;
- Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros.



Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, foi apresentada e lida a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pela Sra. Vereadora Cristina Mira, foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Após análise da proposta 331/2017 nomeadamente as competências materiais descritas nos pontos 3, 4, 12, 13 e 14, face à situação atual do Município, tratam-se de valores que pela sua relevância deveriam ser analisados de forma independente de maneira a clarificar as suas vantagens e desvantagens.”

#### **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO.**

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, no sentido de:

1 - Delegar no seu presidente, com possibilidade de subdelegação nos vereadores, as seguintes competências referentes à concessão de licenças administrativas referentes a:

- a) As operações de loteamento;
- b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;

10  
sereno  
X

- c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;
- d) As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;
- e) Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos;
- f) As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução;
- g) As obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, sem prejuízo do disposto em legislação especial;
- h) Operações urbanísticas das quais resulte a remoção de azulejos de fachada, independentemente da sua confrontação com a via pública ou logradouros;
- i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

2 - Delegar no seu presidente, com possibilidade de subdelegação nos vereadores, a competência para aprovação da informação prévia prevista no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação.

12  
Duferne  
X

3 – Delegar no seu presidente a competência para aprovação do fracionamento do pagamento das taxas referidas nos n.ºs 2 a 4 do artigo 116.º até ao termo do prazo de execução fixado no alvará, desde que seja prestada caução nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação.

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, foi apresentada e lida a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pela Sra. Vereadora Cristina Mira, foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Voto contra as alíneas a), b) e c) devido à amplitude da matéria nelas contidas, considerando que saindo da alçada da competência da Câmara Municipal perigam os superiores interesses dos munícipes, não sendo os mesmos prosseguidos de forma controlada e por tal mais eficiente.”

#### **NOMEAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M., S.A.**

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, documento que constitui parte integrante da presente ata, no sentido de:

1. Que seja designado como representante do Município de Vila Real de Santo António na Assembleia-Geral da VRSA SGU EM SA, o Sr. Vereador Luís Miguel Guerreiro Romão;

13  
Publico  
A

2. Que a mesa da Assembleia-Geral da VRSA SGU EM SA seja composta pelos seguintes elementos:
  - Presidente: Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas, que exercerá as presentes funções de forma não remunerada.
  - Vice-Presidente: Rui Carlos Piloto Pires, que exercerá as presentes funções de forma não remunerada.
  - Secretário: Joel David Ferreira da Cruz, que exercerá as suas funções de forma não remunerada.
3. Que se proponha a eleição, em sede de Assembleia-Geral da VRSA SGU EM SA, do Conselho de Administração com os seguintes membros:
  - Presidente: Maria da Conceição Cipriano Cabrita, com funções não executivas.
  - Vogal: Pedro Tiago Finote Pires, com funções executivas exercidas em regime de permanência.
  - Vogal: Renato Sérgio Paulo Figueira, com funções executivas exercidas em regime de permanência.
4. Que seja proposto à Assembleia Municipal a designação como Fiscal Único da VRSA SGU EM SA a seguinte entidade:
  - Membro efetivo: Oliveira Reis e Associados, SROC n.º 23, representada por Carlos Grenha, ROC n.º 1266;
  - Membro suplente: Carlos Alberto Ferraz, ROC n.º 362.

14  
problema  
X

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, foi apresentada e lida a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pela Sra. Vereadora Cristina Mira, foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Voto contra a presente nomeação, por falta de representatividade na empresa da minoria que possui o direito de exercer e contribuir para um processo mais democrático.”

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo dos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 9 horas e trinta minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Ana Teresa Reseiro, Chefe da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, a redigi, subscrevo e assino.

Ana Teresa Reseiro

Manoel de Amorim Gomes